

MULTIFUNCIONALIDADE E PLURIATIVIDADE RURAL: Uma revisão bibliográfica

Fabília Carlos da Conceição - UNIMONTES - Montes Claros– MG - Brasil
fabriaciaron@gmail.com

RESUMO:

O espaço rural vem se transformando ao longo dos tempos, assim o conceito de multifuncionalidade rural tem se destacado, pois são variadas funções que o campo recebe, sendo elas agrícolas e não agrícolas voltadas ao comércio, serviços, além de produção. A pluriatividade acontece quando o grupo familiar que mora no meio rural exerce ao mesmo tempo a atividade agrícola com atividades não agrícolas. Nesse contexto o presente estudo faz uma análise da multifuncionalidade rural através de uma revisão bibliográfica dos autores Candiotto (2009), Machado e Caume (2008), Moreira (2003), Verges (2013), Carneiro e Maluf (2003), Galvão, Castro e Marques (2018), Schneider e Cassol (2003), além de Silva (1998), Wanderley (2003) entre outros. Inferiu-se que as novas funções do espaço agrícola vão além do agrícola, valorizando o espaço agrário, minimizando o exodo rural, preservando o meio ambiente e a cultura. As novas funções desse espaço vêm dinamizando o campo e trazendo novas formas de trabalho e renda, mostrando que o espaço rural vai além do agrícola.

Palavras-chave: Espaço rural, atividades agrícolas, multifuncionalidade, pluriatividade.

MULTIFUNCTIONALITY AND RURAL PLURIATIVITY: bibliographic review

ABSTRACT:

The rural space has been changing over the years, so the concept of rural multifunctionality has stood out, as there are various functions that the field receives, being agricultural and non-agricultural aimed at trade, services, in addition to production. Pluriactivity happens when the family group that lives in the rural area is engaged in agricultural activity with non-agricultural activities at the same time. In this context, the present study analyzes rural multifunctionality through a bibliographic review by the authors Candiotto (2009), Machado and Caume (2008), Moreira (2003), Verges (2013), Carneiro and Maluf (2003), Galvão, Castro and Marques (2018), Schneider and Cassol (2003), in addition to Silva (1998), Wanderley (2003) among others. It was inferred that the new functions of the agricultural space go beyond the agricultural one, valuing the agricultural space, minimizing the rural exodus, preserving the environment and culture. The new functions of this space have been making the countryside more dynamic and bringing new forms of work and income, showing that the rural space goes beyond the agricultural one.

Keywords: Rural space, agricultural activities, multifunctionality, pluriactivity.

INTRODUÇÃO

A história da multifuncionalidade rural surge nas décadas de 1960 e 1970 com as transformações ocorridas com a Revolução Agrícola, que articulou um novo modelo para a produção da agricultura, a Revolução Verde, que dentre outros exemplos defendia a mecanização no campo e monocultura, trazendo problemas para o meio ambiente, pois era um modelo que apontava para um crescimento econômico, porém ia à contramão da preservação ambiental e da igualdade social entre outros. Com as máquinas chegando ao campo, muitas famílias tiveram que sair, influenciando o êxodo rural e levando um grande número de pessoas para as cidades.

As discussões em relação à multifuncionalidade do espaço rural são relativamente novas, pois surgem na década de 1990 na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, no Rio de Janeiro, a ECO 92. A princípio se buscava uma harmonia entre o meio ambiente e o desenvolvimento econômico, assim buscou a multifuncionalidade voltada para a agricultura, pensando uma boa relação entre a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável. Dessa forma a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE destaca que o espaço rural vai além da função agrícola, pois ele pode exercer suas atividades agrícolas, e também ter funções ambientais, como conservação do solo, fazer uma gestão sustentável dos recursos renováveis, e de ter participação significativa nas funções socioeconômicas.

Mas a União Europeia – UE é quem assume o conceito, pois acontecia a reforma da Política Agrícola Comum (PAC), assim a França inseriu a multifuncionalidade para ser dinamizada através de políticas públicas, trabalhando a multifuncionalidade como atividades desenvolvidas pela agricultura de forma gratuita e em sociedade. “A partir do debate acadêmico e de um governo com inclinação esquerdista, a França incorpora formalmente, de 1999 até 2002, a noção de multifuncionalidade em sua política agrícola, através da LOA – Lei de Orientação Agrícola, votada e promulgada em 1999”. (CANDIOTTO, 2009, p. 5). Para Machado e Caume (2008, p.9) “[...] a multifuncionalidade do espaço rural na França é entendida e fomentada como possibilidade, ou até elemento favorecedor da conciliação entre o fenômeno da pluriatividade dos agricultores com a sua manutenção e permanência no meio rural”.

A pluriatividade surge como um fenômeno em meio ao novo rural, pois com a modernização da agricultura, mudou-se a dinâmica das atividades rurais, assim o morador

dos espaços rurais precisou acompanhar tais mudanças. Hoje o trabalhador rural não vive restringido as fontes de renda apenas do campo, as atividades ligadas ao lazer, turismo rural, beneficiamento de produtos, além de prestação de serviços são algumas atividades em destaque no meio rural contemporâneo.

Nesse contexto Schneider e Cassol (2003) consideram que a pluriatividade acontece quando o grupo familiar que mora nos espaços rurais exerce junto à atividade agrícola e atividades não agrícolas, “desse modo, a pluriatividade é, ao mesmo tempo, causa e efeito das atividades não agrícolas”. (SCHNEIDER; CASSOL, 2003, p. 229). Dessa forma “São famílias pluriativas aquelas que contêm pelo menos um membro ocupado em atividade agrícola e pelo menos um membro ocupado em atividade não agrícola”. (SAKAMOTO, NASCIMENTO; MAIA, 2016, p. 566).

Com uma economia capitalista voltada para as grandes produções, alguns moradores do espaço rural não conseguiram acompanhar o progresso da agricultura, esses agricultores não tiveram como seguir com os pacotes tecnológicos e outros perderam suas funções, pois as máquinas os substituíram, assim a renda agrícola diminuiu, sendo cada vez menor, o refúgio para os moradores rurais é buscar outros meios de sobrevivência para fixação no campo, assim muitos vão a procura de empregos não agrícolas, com isso se eleva a renda e minimiza o êxodo rural.

Schneider e Cassol (2003, p. 229) afirmam que “o argumento central que apresentam é o de que o incremento significativo das pessoas domiciliadas em áreas rurais e ocupadas em atividade não agrícolas estaria relacionado à própria dinâmica da agricultura capitalista”.

Nesse contexto, o trabalho tem como objetivo analisar a multifuncionalidade e a pluriatividade e sua relação com o espaço rural.

MULTIFUNCIONALIDADE DO ESPAÇO RURAL

A multifuncionalidade é uma alavanca para o desenvolvimento do rural, pois o rural contemporâneo vivencia uma complexa e dinâmica atuação tanto social como cultural sendo assim se reconhece que esse crescimento demanda novas funções. “Portanto, o mundo rural não pode mais ser associado a espaços atrasados, pois ele possui um expressivo dinamismo, é heterogêneo. Do mesmo modo, o desenvolvimento do meio rural não deve ser entendido como superação do rural”. (GALVÃO; CASTRO; MARQUES, 2018, p.184).

Pesquisadores como Silva (1998; 2005), Carneiro (1999; 2002) e Wanderley (2003) explicam que os setores do comércio, indústria e serviços apresentam expressividade no desenvolvimento das atividades não agrícolas. Nesse sentido o rural vem sendo percebido e fomentado a partir da construção de uma dicotomia social e econômica.

Para Moreira (2003) o conceito de rural e a política são práticas associadas ao mundo na modernidade que poderiam ser fixadas aos cuidados com o meio ambiente, a alfabetização, saúde, alimentação etc, a pluriatividade e a multifuncionalidade. Nesse sentido “Todos esses aspectos relacionados à multifuncionalidade rural contribuiriam, assim, para fazer com que o espaço rural se torne portador de soluções.” (VERGES, 2013, p. 25).

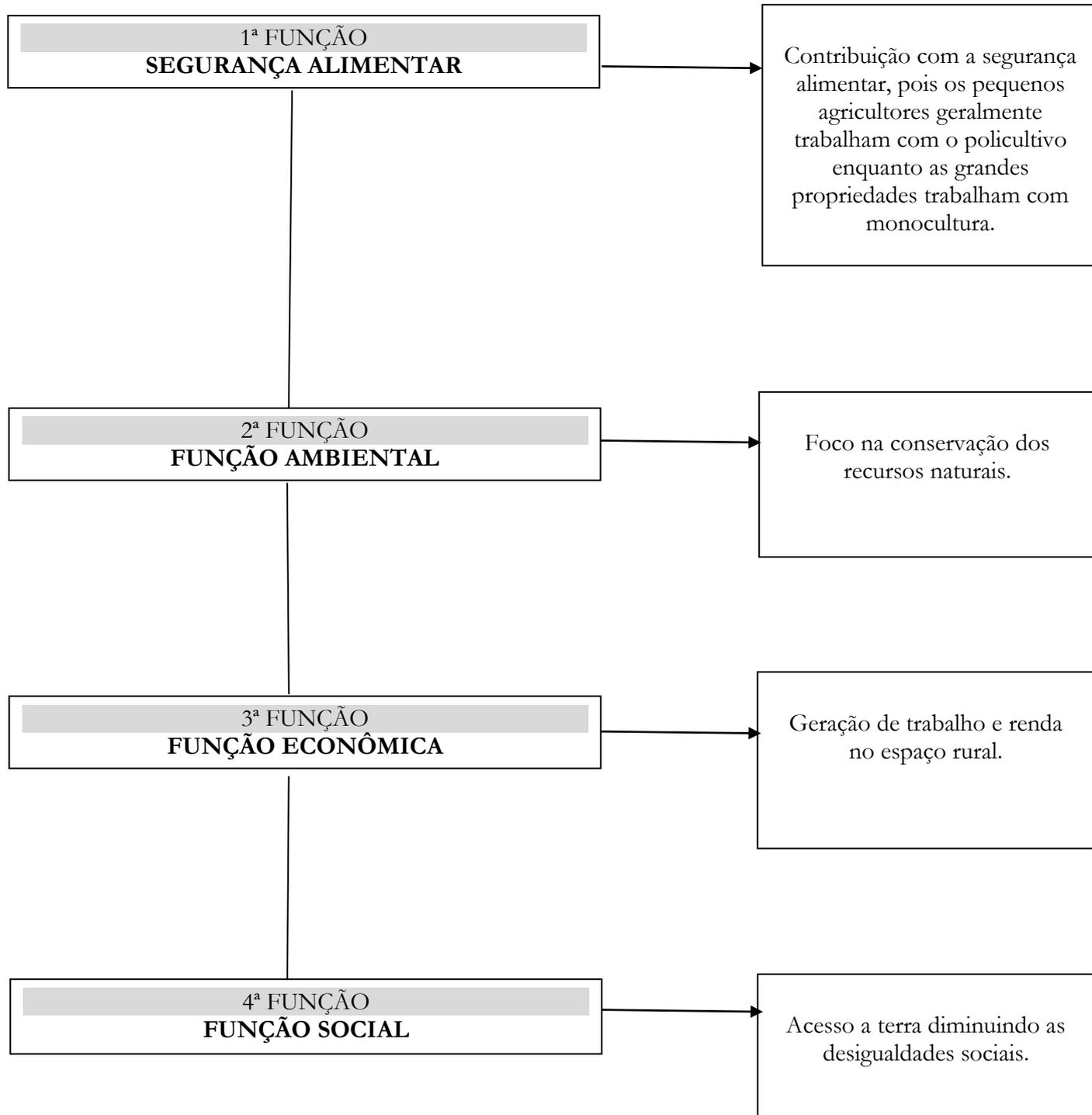
Carneiro e Maluf (2003) entendem que a multifuncionalidade deve se organizar melhor no sentido de unir meios do que se tem no mundo rural às famílias ali inseridas, assim ela passará a ter uma noção holística e não exclusivamente agrícola, o que para os autores é considerado um desafio a se vencer.

A multifuncionalidade é considerada um modelo novo para o desenvolvimento. “observa-se que a multifuncionalidade é um novo modelo de desenvolvimento que pretende a diversificação econômica dos espaços rurais”. (VERGES, 2013, p. 25).

Para Soares (2000-2001) a multifuncionalidade rural se classifica em 4 funções (a) segurança alimentar, o autor defende que os pequenos agricultores por trabalharem com culturas variadas, têm a alimentação garantida para o consumo familiar e a possibilidade de vender os excedentes para suprir outras necessidades, (b) função ambiental onde a multifuncionalidade rural tem uma preocupação maior centrada no meio ambiente, trabalhando com a conservação dos recursos naturais, (c) o autor elenca a geração de trabalho e renda no campo, as novas funções do espaço rural evita o exôdo do espaço rural, com o trabalhador do campo tendo renda ele não vai procurar a cidade como um refúgio para sobreviver, (d) a multifuncionalidade também tem função social, traz acesso a terra e minimiza as desigualdades sociais.

A multifuncionalidade é intencionada para o desenvolvimento do espaço rural, como se aplica as suas funções chave (figura 01) assim o espaço rural brasileiro deve ser valorizado em políticas públicas que fomentam a agricultura e o agricultor em especial a agricultura familiar.

Figura 1 – Funções chave da multifuncionalidade



Fonte: SOARES (2000-2001)

Org. A autora, 2019

Carneiro e Maluf (2003) corroboram Soares (2000-2001) trazendo características próprias das funções da multifuncionalidade da agricultura familiar onde a reprodução

socioeconômica das famílias rurais gera possibilidades de trabalho e fazendo com que as famílias se fixem no campo. A promoção da segurança alimentar das famílias e da sociedade servem como autoconsumo e o comércio do que é produzido. A manutenção do tecido social e cultural abrange a conservação do meio ambiente e valorização da cultura local, assim como a preservação dos recursos naturais e da paisagem onde se analisa o impacto da agricultura.

Estudos mostram a dinamicidade do rural onde ele se apropria de múltiplas funções e consegue ir além da sua função tradicional, a agricultura. Galvão; Castro e Marques afirmam que:

O meio rural brasileiro vem assumindo novas funções além de sua função essencialmente agrícola, uma vez que está representando, também, o local de moradia, de lazer, de prestação de serviços e de emprego para pessoas ocupadas em atividades não agrícolas. (GALVÃO; CASTRO; MARQUES, 2018, p. 184).

Wanderley (2003) entende que a multifuncionalidade da agricultura familiar pode ser uma ferramenta para o crescimento da consciência e a contribuição dos agricultores para dinamizar o desenvolvimento rural.

O debate sobre a multifuncionalidade deve ser pautado principalmente por políticas que possam fortalecer a agricultura, fomentar o meio rural, e dar empoderamento aos atores sociais ali inseridos e que dependem, de forma geral, dos meios que possam angariar emprego e renda para uma vida digna no espaço rural.

A PLURIATIVIDADE

Silva (1997) no livro intitulado o “novo rural brasileiro” descreve as atividades que até então não eram consideradas do espaço rural, que são as chamadas de não agrícolas. O autor afirma ainda que o aparecimento das famílias pluriativas configura o novo rural, segundo ele existem três causas principais para essas novas modalidades, a primeira seria a emergência das atividades não agrícolas e da pluriatividade, a segunda explicação ele defende que a culpa é da crise do setor agrícola, instaladas no início da década de 1990 e a terceira causa o crescimento do próprio emprego agrícola ligado ao ócio da tecnologia e ao subemprego. Seguindo a mesma linha de pensamento que Silva (1997), Sakamoto; Nascimento e Maia (2016) defendem que:

(...) todos esses estudos registraram outras virtudes, como: ampliação da renda familiar; contribuição para maior dinamização das economias locais, em razão da maior integração dos mercados de trabalho agrícolas e não agrícolas; compreensão de que o meio rural não se circunscreve às atividades agropecuárias, mas que abarca múltiplas outras funções (como moradia, lazer, valorização ambiental, gastronômica, artesanal); contribuição para a segurança alimentar, particularmente das famílias rurais mais pobres, especialmente nos momentos de crises nos mercados de trabalho não agrícola, uma vez que se a pluriatividade preserva o vínculo das famílias a alguma atividade agropecuária (mesmo que não seja voltada para o mercado, mas, sobretudo, para o autoconsumo familiar). (SAKAMOTO, NASCIMENTO; MAIA, 2016, p. 564).

Analisando o Projeto Rurbano de Silva, Schneider (2005) conclui que, está diminuindo a população economicamente ativa (PEA) do Brasil ocupada nas atividades agrícolas e assim é perceptível o crescimento das atividades não agrícolas do espaço rural, ele verifica também que esse crescimento contribui para que mais famílias rurais sejam pluriativas, afirmando que o rural não se restringe ou não é sinônimo de agricultura.

Pesquisas mostram que não é só o Brasil que tem avançado com atividades não agrícolas, os países desenvolvidos também vivenciam estas estratégias de ocupações para os domiciliados no meio rural. Schneider e Cassol (2003) destacam o estudo relevante da OCDE em 1996 onde os países desenvolvidos como Estados Unidos, França, Austrália, Canadá, Japão e outros, mesmo nas regiões com predomínio rural, são as atividades não agrícolas que apresentam crescimento nas possibilidades de emprego no meio rural “destacando-se, entre os países listados, que nessas regiões apenas o Canadá apresentou taxas de crescimento positivas do emprego rural”. (SCHNEIDER; CASSOL, 2003, p. 114). Para os autores as causas das atividades não agrícolas nos países desenvolvidos são várias, a modernização da tecnologia e automaticamente a exclusão da mão de obra de alguns agricultores e a queda na renda agrícola são algumas delas.

No Brasil fazendo uma análise dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, infere-se que é relevante o crescimento da pluriatividade e de atividades não agrícolas no espaço rural, em consequência declinam as atividades agrícolas.

A pesquisa feita por Sakamoto, Nascimento e Maia (2016) comprova esse crescimento em relação à pluriatividade e as atividades não agrícolas no Brasil. Para esses autores:

As famílias *Não Agrícolas* apresentaram o crescimento mais expressivo no período 683 mil domicílios (chegando a responder por 26,5% do total de domicílios rurais ocupados em 2013, o que significa um crescimento de 8 pontos percentuais). O tipo de família *Pluriativa* também contou com acréscimo absoluto, embora menos expressivo, de 170 mil domicílios (passando a responder por 18,3% dos domicílios rurais brasileiros em 2013, crescimento de 1 ponto percentual). A menor participação deste tipo familiar ocorreu em 2003, exatamente no auge do período de maior crescimento da atividade agrícola brasileira. Ou seja, a pluriatividade seria provavelmente sensível às condições da atividade econômica da agricultura e, logo, à demanda por mão de obra nas atividades agrícolas. (SAKAMOTO, NASCIMENTO; MAIA, 2016, p. 569).

Além da pluriatividade, o espaço rural vem se transformando, demonstrando inúmeras funções e oportunidades de se fixar o homem no campo gerando assim empregos e renda, preservação ambiental. Nessa abordagem Machado e Caume (2008) pontuam que:

O mais importante é, que o fenômeno da pluriatividade pode, diante da crescente preocupação mundial com o meio ambiente e através de políticas direcionadas, levar a uma reorientação do modelo de desenvolvimento do meio rural brasileiro. A reorientação pode vir por meio de um modelo auto-sustentável, ecologicamente correto e socialmente igualitário, proporcionando a fixação e manutenção de famílias no campo ligadas a atividades como a agricultura orgânica, agroecologia, turismo rural, ecoturismo, práticas de esporte ligadas à natureza, artesanato e pequenos beneficiamentos de alimentos. Todas essas atividades fortemente incentivadas por práticas de associativismo e de mecanismos de extensão e capacitação. (MACHADO; CAUME, 2008, p. 07).

A pluriatividade e as atividades não agrícolas são fundamentais para o campo, sendo consideradas como meios de assegurar boa parte da população que ali vivem, além das atividades agrícolas, muitos deles ainda se mantêm com rendas complementares do artesanato, diaristas, comerciantes, costureiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A multifuncionalidade e a pluriatividade para que suas funções se integrem nas dimensões ambientais, socioculturais e econômicas dependem de políticas públicas que sustentem e ampliem suas práticas.

A discussão em volta da noção do rural divide opiniões. Enquanto alguns pesquisadores acreditam que a multifuncionalidade é apenas um conceito importado da Europa e não solucionará os problemas do Brasil, sem antes resolver o problema da

concentração fundiária e da marginalização do pequeno produtor, outros que acreditam ser uma solução para os vários problemas no/do campo brasileiro.

As novas atividades que se instauraram no espaço rural como lazer, turismo rural, agroindústrias, agroecologia, em consonância com as atividades agrícolas implicam em desenvolvimento e fortalecimento da multifuncionalidade rural.

A multifuncionalidade e a pluriatividade rural são importantes estratégias para o desenvolvimento rural e devem ser uma referência para o fortalecimento da agricultura, como fomento para a valorização do espaço rural, pontuando a relação de preservação do meio ambiente e como forma de fazer permanecer o homem do campo, no campo.

É notório que as novas e múltiplas funções inseridas no espaço rural contemporâneo contribuem para o desenvolvimento desse novo rural, porém é necessário que se ampliem as políticas públicas para a valorização das atividades agrícolas e não agrícolas.

REFERÊNCIAS

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. **Aspectos históricos e conceituais da multifuncionalidade da agricultura.** In: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária. São Paulo, p. 1-16, 2009.

CARNEIRO, Maria José; MALUF Renato S. **Para além da produção: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar.** Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

GALVÃO, P.L.A.; CASTRO, C.A.T.; MARQUES, P.C.L. Multifuncionalidade no espaço rural brasileiro: o turismo na região vinícola do Vale do São Francisco. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.11, n.2, p.179-205, mai/jul 2018.

MACHADO, André Grossi; CAUME, David José. Multifuncionalidade e Pluriatividade como alternativas de desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil. IN: XLVI CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. **Anais: Grupo Familiar e Ruralidade.** Rio Branco-Acre, 20 a 23 de julho de 2008.

MOREIRA, José Roberto. Cultura, Política e o Rural na Contemporaneidade. In: XI CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. Do Monopólio da Modernização à

Diversidade do Progresso Social: As formas sociais de produção na agricultura brasileira. Campinas-SP, 1 a 5, p. 1-18, de setembro de 2003.

SAKAMOTO, Camila Strobl; NASCIMENTO, Carlos Alves e MAIA, Alexandre Gori. As Famílias Pluriativas e Não Agrícolas no Rural Brasileiro: condicionantes e diferenciais de renda. **Rev. Econ. Sociol. Rural** [online], vol.54, n.3, p.561-582, 2016.

SCHNEIDER, S. y CASSOL, A. **A agricultura familiar no Brasil**. Série Documentos de Trabajo N° 145. Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial. Programa Cohesión Territorial para el Desarrollo. Rimisp, Santiago, Chile, 2003.

SILVA, José Graziano da. O novo rural brasileiro. Nova Economia. **Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG**, 7 (1): 43-81. 1997.

SOARES, Adriano C. O. A multifuncionalidade da agricultura familiar. **Revista Proposta**, 87, FASE. Rio de Janeiro, p. 40-49, 2000/2001.

VERGES, Nívea Massaretto. **Crítica à noção de multifuncionalidade rural em assentamentos de reforma agrária no Pontal do Paranapanema – SP**. 2013. 134 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2013.

WANDERLEY, M. N. B. Prefácio. In: MALUF, R. S.; CARNEIRO, M. J. (Org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, p. 9-16, 2003.

FABRÍCIA CARLOS DA CONCEIÇÃO - Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES. Graduada em GEOGRAFIA pelo INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS e Especialização em EDUCAÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL pelo INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS. Professora dos cursos superiores de Geografia e Pedagogia de fevereiro de 2012 a julho de 2018 e Coordenadora do Curso de Geografia de maio de 2013 a dezembro de 2016 na Fundação Alto Médio São Francisco - FUNAM de Januária-MG. Atua desde 2005 como professora de Geografia da educação básica da rede estadual e municipal de ensino da cidade de Januária-MG. Atualmente é pesquisadora integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia Rural - NEPGeR pela Unimontes.

Recebido para publicação em 03 de março de 2020.

Aceito para publicação em 29 de junho de 2020.

Publicado em 06 de julho de 2020.